

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA  
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.,

ENTRE

**RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.,**  
*como Emissora,*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*na qualidade de Agente Fiduciário*

E

**EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO e RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.,**  
*na qualidade de intervenientes e garantidores*

---

Datada de

11 de março de 2013

---

A were  
were  
were  
#

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA  
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

(a) **RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Mambai, Estado de Goiás, na Rodovia GO 108, km 08, Usinas Santa Edwiges, Caixa Postal n.º 4902, CEP 73950-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.365.005/0001-31, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"), NIRE 52300009120;

e, de outro lado, como agente fiduciário,

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 2ª emissão pública de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas");

e, ainda, como intervenientes e garantidores,

(c) **EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 008968 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob n.º 096.552.981-91, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com escritório na mesma cidade, no SIA Trecho 17, Rua 10, n.º 1080 ("Emival"), com a outorga conjugal de sua esposa, Sra. **MÔNICA EDWIGES MERHY ALVES RAMOS CAIADO**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 388122 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob n.º 225.551.291-20, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com escritório na mesma cidade, no SIA Trecho 17, Rua 10, n.º 1080;

(d) **RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na zona rural da Cidade de Alvorada do Norte, Estado de Goiás, na Fazenda Santa Maria Rodovia BR 020, km200 – Direita 3 km, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.932.129/0001-26, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("RC") e, em conjunto com Emival,

www 2  
www 3  
www 4  
1

“Garantidores”), sendo os Garantidores, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como “Partes”, e individualmente e indistintamente como “Parte”;

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “*Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, da Rialma Companhia Energética II S.A.*” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, em reunião realizada em 11 de março de 2013 (“AGE”), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente).

2.1.2. A presente Emissão, por não ter sido elaborado Prospecto da Oferta Restrita, está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) nos termos § 1º do Art. 25º, nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, de 09 de junho de 2010.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão e a concessão das respectivas garantias reais pela Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás (“JUCEG”) e



publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás e no jornal Folha de Notícias ou no jornal O Hoje, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão levados a registro (i) na JUCEG, em até 5 (cinco) dias contados de sua assinatura, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) em até 10 (dez) dias contados de sua assinatura, em Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma das Partes, nos termos do art. 129, § 3º, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme posteriormente alterada ("Lei de Registros Públicos").

2.3.2. Em até 5 (cinco) dias úteis após os registros mencionados acima, uma via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário.

### 2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme item 2.4.2. abaixo.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto nos Arts. 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no Art. 17 da Instrução CVM 476.

2.4.3. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

3  
were  
were  
were  
#



## 2.5. DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.5.1. A sociedade tem por objeto a geração e venda de energia elétrica produzida pela PCH Santa Edwiges II, a administração de empreendimentos comerciais no setor de venda e geração de energia elétrica e construção civil.

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

#### 3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma série única.

#### 3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

#### 3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures.

#### 3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora para (i) o resgate da totalidade das debêntures emitidas por meio da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantias Adicionais, da Companhia, datada de 15 de junho 2011 ("Debêntures da 1ª Emissão"); e, o saldo remanescente, (ii) o reforço de caixa da Companhia.

#### 3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora.

### 3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.6.1. O banco liquidante da Emissão das Debêntures é o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a **Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escruturador Mandatário").

## CLÁUSULA IV

### CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

#### 4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula IV.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o "*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Com Garantias Reais e Fidejussória Adicionais, em regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão da Rialma Companhia Energética II S.A.*", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição" e "Data de Início da Distribuição", respectivamente).

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas

5  
3 wepc  
wepc  
wepc



por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM 476 e pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos das emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### 4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 05 de abril de 2013 ("Data de Emissão").

#### 4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.4. CONVERSIBILIDADE, FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

#### 4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantias adicionais, conforme estabelecido no item 4.6. abaixo.

#### 4.6. GARANTIAS

4.6.1. As Debêntures terão as seguintes garantias ("Garantias"):

##### I. Garantias Reais:

(a) alienação Fiduciária em garantia de 69.733.970 (sessenta e nove milhões, setecentas e trinta e três mil, novecentas e setenta) ações ordinárias e nominativas de emissão da Emissora, representativas, nesta data, de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), de titularidade da RC, incluindo as ações a serem eventualmente

8 were<sup>7</sup>  
8 were  
8 were

emitidas em futuros aumentos de capital da Emissora, nos termos do “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças com Condição Suspensiva*” (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”), a ser firmado entre a RC e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações”). O patrimônio líquido da Emissora em 31 de dezembro de 2012 era de R\$131.230.552,00 (cento e trinta e um milhões, duzentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), tendo sido este valor apurado conforme o Balanço Patrimonial da Emissora. A Alienação Fiduciária de Ações será formalizada por meio da anotação no registro no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora e do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes nos prazos estabelecido na Cláusula 4.6.3 abaixo; e

(b) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, assim considerados (i) a indenização que a Cedente eventualmente venha a receber do poder concedente da Autorização pela parcela dos investimentos já realizados pela Cedente e ainda não amortizados, nos termos da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada, e do art. 19, parágrafo 4º, do Decreto n.º 2.003, de 10 de setembro de 1996; (ii) os direitos creditórios oriundos do Contrato de Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica PRJU-1821-2004, firmado entre a Cedente e a Companhia Energética de Goiás (“CELG”) em 27 de maio de 2004, conforme alterado pelo Primeiro Termo Aditivo PRGE-666/2007 ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica PRJU - 1821-2004 (“CCVEE”); (iii) os direitos creditórios decorrentes do CCVEE, representados pelo faturamento mensal previsto na Cláusula 12 do CCVEE contra a CELG, e (iv) a totalidade dos créditos de titularidade da Cedente contra o Agente da Cessão Fiduciária pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos em pagamento dos Direitos Creditórios decorrentes do CCVEE que circularem pela Conta Vinculada, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, nos termos do “*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças com Condição Suspensiva*” (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os “*Instrumentos de Garantia*”), a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do banco depositário de tais direitos creditórios (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”). A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios será formalizada por meio do registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes no prazo estabelecido na Cláusula 4.6.3 abaixo; e

II. Garantia Fidejussória: as Debêntures contam com garantia de fiança dos Garantidores, na qualidade de devedores solidários de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula IX abaixo (“Fiança”).



4.6.2. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo o Agente Fiduciário executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para o fim de amortizar ou liquidar as Debêntures, ficando ainda estabelecido que a excussão ou execução de qualquer das Garantias independará de qualquer providência preliminar por parte do Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.6.3. A perfeita formalização das garantias descritas nas alíneas (a) e (b) do item 4.6.1. (I) acima, deverá ser concluída no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de liquidação das Debêntures, nos termos dos Instrumentos de Garantia, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.6.4. Uma vez constituídas as garantias reais acima descritas, esta Escritura de Emissão passará a ser denominada *"Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, da Rialma Companhia Energética II S.A."*, mediante celebração de aditamento à presente Escritura de Emissão, sem necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas para tanto.

#### 4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescidos da Remuneração (conforme definido abaixo) desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização,

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

#### 4.8. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.8.1. As Debêntures terão prazo vigência de 45 (quarenta e cinco) meses e 10 (dez) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2016, observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.13. abaixo, ou de resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.15. abaixo ("Data de Vencimento").

9  
I were  
I were  
I were



#### 4.9. ATUALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente.

#### 4.10. CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 45 (quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira amortização realizada em 15 de abril de 2013, de acordo com o cronograma de amortização contido no Anexo A à presente Escritura de Emissão (“Datas de Amortização”).

#### 4.11. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.11.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, correspondentes a 11,60% (onze inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios” ou “Remuneração”).

4.11.2. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

taxa = 11,60 (onze inteiros e sessenta centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### 4.12. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.12.1. O pagamento da Remuneração será feito em parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de abril de 2013, de acordo com o cronograma de pagamento da Remuneração contido no Anexo A à presente Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento de Remuneração", sendo que as Datas de Amortização e as Datas de Pagamento de Remuneração serão denominadas, indistintamente, "Data de Pagamento").

4.12.1.1. Fará jus à Remuneração o Debenturista que assim conste (i) nos controles do Escriturador Mandatário, ou (ii) na custódia na CETIP. Em qualquer dos casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que, no encerramento do dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento, figurar como titular deste ativo.

#### 4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Vencimento Antecipado"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Instrumentos de Garantia, que não sejam devidamente sanado no prazo de remediação específico, se houver ou, não havendo, no prazo de 5 (cinco) dias contado do respectivo inadimplemento;



- (c) relativamente a qualquer das Garantias: (i) caso qualquer das Garantias seja objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores, ou por qualquer terceiro e seja anulada, ou, de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida, arrestada, sequestrada, penhorada, desconstituída ou invalidada, exceto se reforçada nos termos dos respectivos Instrumentos de Garantia; (ii) caso a constituição e registro de quaisquer dos Instrumentos de Garantia não seja comprovada ao Agente Fiduciário nos prazos neles previstos ou previstos na presente Escritura de Emissão; ou (iii) conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das Garantias ou dos Instrumentos de Garantia;
- (d) (i) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da RC; (ii) morte ou incapacidade de qualquer dos Garantidores, sem que seja aprovado substituto pelos Debenturistas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, salvo no caso de morte de Emival, hipótese em que fica aprovada a assunção da fiança pelos herdeiros de Emival, desde que estes herdem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do seu espólio e que a fiança por eles prestada seja devidamente formalizada neste prazo; (iii) decretação de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores; (iv) pedido de autofalência ou de insolvência formulado pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores; (v) pedido de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores, formulado por terceiros, desde que não seja elidido no prazo legal; (vi) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora ou pela RC, independentemente do deferimento do seu processamento ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (vii) recuperação extrajudicial formulado pela Emissora ou pela RC a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido deferida ou obtida homologação judicial do referido plano pela Emissora e/ou pela RC;
- (e) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores, das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (f) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, de qualquer sociedade controlada por qualquer dos Garantidores e/ou de qualquer dos Garantidores, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$100.000,00 (cem mil reais);

9.9 well  
well  
me.

#



- (g) alteração, com relação a esta data, do objeto social e/ou dos negócios desenvolvidos pela Emissora e/ou pela RC (exceto, exclusivamente em relação à RC, alteração que não comprometa a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão), sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (h) mudança, direta ou indireta, sem a prévia anuência dos Debenturistas, do controle societário da Devedora e/ou da RC Participações;
- (i) cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou dos direitos a estas inerentes ou, ainda, sobre os Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- (j) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão ou de qualquer dos Instrumentos de Garantia estava incorreta em qualquer aspecto relevante quando prestada e tal condição (se possível de ser sanada) não for sanada no prazo de até 30 (trinta) dias contados do que ocorrer primeiro entre (a) a data em que a Emissora ou qualquer dos Garantidores tenha conhecimento da incorreção; ou (b) a data em que a Emissora ou qualquer dos Garantidores receba aviso por escrito neste sentido do Agente Fiduciário;
- (k) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Garantidores, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), que não for quitado ou sustado no prazo de até 5 (cinco) dias contado da sua efetivação;
- (l) decisão judicial determinando a execução judicial de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Garantidores, exceto se a Emissora e/ou os Garantidores, conforme o caso, liquidar(em) a dívida no prazo estipulado judicialmente ou garantir(em) o juízo no prazo legal;
- (m) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora ou de qualquer dos Garantidores, (exceto com relação as Garantias, hipótese em que deverá ser observado o disposto no item (i) da alínea (c) acima) em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (n) concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei n.º 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora ou qualquer dos Garantidores (exceto se comprovadamente não afetar negativamente as Garantias);

h g wecc  
h wecc



- (o) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) redução do capital social da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) incorporação, fusão ou cisão ou qualquer outra operação com efeito similar envolvendo a Emissora e/ou a RC (exceto, com exclusividade com relação à RC, a cisão parcial de seu patrimônio, desde que as sociedades resultantes da cisão permaneçam como garantidoras da Emissora, nos mesmos termos estabelecidos na Cláusula IX abaixo, vedada a cisão parcial relativa ao investimento da Rialma Companhia Energética III S.A.), sem a prévia aprovação dos Debenturistas, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) distribuição e/ou pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores estejam em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou caso tenha ocorrido qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do Estatuto Social da Emissora vigente na Data de Emissão;
- (s) realização de qualquer tipo de mútuo financeiro, no prazo de vigência das Debêntures, da Emissora para suas coligadas, controladas (se houver) ou para a RC, em montante igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (t) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, que afete de forma adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a não renovação decorrer exclusivamente de atraso do órgão competente, desde que a Emissora comprove ter solicitado a referida renovação no respectivo prazo legal;
- (u) perda, cancelamento ou revogação, por qualquer motivo, da autorização de que a Emissora é titular para exploração da PCH Santa Edwiges II;
- (v) caso a Emissora dê em garantia e/ou onere, por qualquer forma ou meio, os bens e instalações da PCH Santa Edwiges II, sem a prévia anuência dos Debenturistas; ou
- (w) não observância, pela Emissora, de qualquer um dos seguintes índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário ("Índices Financeiros"): (i) relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a: **2,5** (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2013; **2,0** (dois inteiros) vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; **1,5** (um inteiro e cinco décimos) vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a **1,2** (um inteiro e dois décimos) para todos os exercícios sociais

3  
3 were  
3 were  
3 were



encerrados em 31 de dezembro a partir da Data de Emissão. Para os fins desta alínea: "Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo as Debêntures em Circulação, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de disponibilidades; "EBITDA": significa o valor calculado, pelo regime de competência, durante os 12 (doze) meses anteriores, igual à soma das receitas totais líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados; (ii) custo dos produtos vendidos; e (iii) despesas administrativas; e "Índice de Cobertura do Serviço da Dívida": significa o índice obtido pela divisão (a) da soma da geração de caixa operacional (assim considerada o EBITDA, deduzido da variação no capital de giro da Emissora e da soma do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Emissora) e do caixa e equivalentes de caixa da Emissora pelo (b) serviço da dívida representada pelas Debêntures (assim considerada a soma do Valor Nominal Unitário das Debêntures e sua Remuneração).

4.13.1.1. Para fins do disposto na alínea (w) do item 4.13.1. acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, referentes ao encerramento de exercício de cada exercício social, auditados pelos auditores independentes da Emissora. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 90 (noventa) dias do encerramento dos respectivos exercícios sociais, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.13.2. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (d), (e), (f), (h), (i), (l), (o), (p), (q), (r), (s), (u) e (v) do item 4.13.1. acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora ou aos Garantidores ("Vencimento Antecipado Automático").

4.13.3. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.



4.13.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (g), (j), (k), (m), (n), (t) e (w) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá publicar Aviso aos Debenturistas, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que estes, em até 15 (quinze) dias contados da data da publicação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, possam deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Deliberação sobre Vencimento Antecipado"), se assim for deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada por falta de quórum ou caso os Debenturistas não votem expressamente pela não decretação do Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciária deverá decretá-lo e tomar as medidas cabíveis.

4.13.5. Para fins da alínea (d) do item 4.13.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.13.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes aos seus controladores ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

#### 4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.2 ou 4.13.4 acima, a Emissora e os Garantidores deverão ser comunicados pelo Agente Fiduciário (por meio de carta protocolada com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão) a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ainda ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.

4.14.2. Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado, a Emissora deverá com o de acordo do Agente Fiduciário, comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

#### 4.15. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL OU PARCIAL

4.15.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, desde que tal oferta de resgate seja feita simultaneamente para a totalidade dos Debenturistas ("Resgate Antecipado Total" e "Resgate Antecipado Parcial", respectivamente, e "Resgate Antecipado" indistintamente). O Resgate Antecipado observará o quanto segue:

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado por meio da publicação de um edital no jornal indicado no item 4.20. abaixo, que conterà as condições do Resgate Antecipado, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado ("Edital de Resgate Antecipado"), o qual conterà informações sobre: (i) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, sendo que, na hipótese de oferta parcial, caso haja demanda por um número maior de debenturistas será realizado sorteio na presença do Agente Fiduciário; (ii) valor de resgate que será equivalente a, no mínimo, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data da liquidação da Oferta de Resgate ("Preço de Resgate"); (iii) eventual prêmio de resgate a ser oferecido pela Emissora ao seu exclusivo critério, se for o caso; (iv) forma de pagamento, que deverá ser obrigatoriamente realizado em moeda corrente nacional, (v) prazo e condições do pagamento e (vi) forma e procedimento de aceitação da Oferta de Resgate, que será realizado fora do âmbito da CETIP; e (vii) demais informações eventualmente necessárias;

(b) na hipótese de um Resgate Antecipado Parcial o saldo das Debêntures que permanecerem em circulação após a realização do Resgate Antecipado Parcial não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures;

(c) na data de liquidação do Resgate Antecipado, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;

17  
to g were  
were  
#



(d) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas. No caso das Debêntures que estejam custodiadas no CETIP 21, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização; e

(e) no caso do Resgate Antecipado Parcial, para as Debêntures registradas no CETIP 21, a operacionalização do Resgate Antecipado Parcial será realizada conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.15.2. Não será admitido o resgate antecipado facultativo, total ou parcial, pela Emissora, sem a concordância dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.15.3. As Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.

#### 4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, a qual continuará incidindo sobre os valores em atraso, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

#### 4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto ao CETIP 21. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário.

#### 4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de Goiás e no jornal Folha de Notícias ou no jornal O Hoje, utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM (se for o caso), bem como no site da Emissora ([www.ri Alma-sa.com.br](http://www.ri Alma-sa.com.br)), devendo encaminhar a cópia do fato relevante ao Agente Fiduciário em até 03 (três) dias a contar da data de sua publicação.

#### 4.21. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.21.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido Debenturista deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus



honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

**CLÁUSULA V**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) demonstrativo de cálculo dos Índice Financeiros estabelecidos na alínea (w) do item 4.13.1. desta Escritura de Emissão, conforme cláusula 4.13.1.1.; (c) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão; e (d) cópia do documento que comprove a suficiência do patrimônio dos Garantidores em relação ao saldo devedor da Emissão;
- (ii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13. acima, em até 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (iii) avisos aos Debenturistas, de fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (iv) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do disposto na letra "b" abaixo;

- (v) previamente à liquidação financeira das Debêntures, via original registrada de cada um dos documentos listados no item 4.1.4.1 acima.
- (b) notificar, em até 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
- (g) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, Agente Fiduciário e os serviços da CETIP;
- (h) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas")

g well  
g were  
g were



no Brasil”), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;

- (k) fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Art. 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (m) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, conforme as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações;
- (n) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (o) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no Art. 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”);
- (p) franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos seus registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 10 (dez) dias de antecedência;
- (q) manter as licenças e autorizações, inclusive ambientais, válidas e em vigor durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (r) informar o Agente Fiduciário, na data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado à Emissora, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional;
- (s) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas a sua operação, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como a informar ao Agente Fiduciário no prazo

máximo de 5 (cinco) dias, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;

- (t) independente de culpa, ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista; e
- (u) a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28, conforme definida abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido relatório do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que este tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser utilizados os preços médios de mercado.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, se necessárias a critério dos Debenturistas;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções;



- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 5 (cinco) dias da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2. acima, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

**CLÁUSULA VI**  
**AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e Art. 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Art. 10 da Instrução CVM 28;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (k) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (m) está ciente da regulamentação aplicável;
- (n) verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura de Emissão e na legislação aplicável, a regularidade da constituição das Garantias, tendo em vista as características e procedimentos de constituição que envolvem as referidas Garantias; e
- (o) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com garantias adicionais, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de junho de 2016, em que foram

3 were  
were  
were

emitidas 60 (sessenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortizações, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória dos Garantidores, de alienação fiduciária de ações de 21.335.936 (vinte e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e seis) ações ordinária e nominativas de emissão da Emissora, bem como de cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora ou por quaisquer dos Garantidores neste Instrumento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), devida a primeira 5 (cinco) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.2 As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, *conference calls*, contatos telefônicos, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação e pelos preços médios de mercado.

6.4.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em



inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito, ainda, a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, caso superior a um ano, calculado *pro rata die*.

6.4.6. Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.7. As parcelas da remuneração referenciadas no item 6.4.1 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial competente, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, e desde que seja aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (x) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) sede da Emissora;

h were  
h were  
h were

- (ii) sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) CVM;
  - (iv) CETIP; e
  - (v) dependências do Coordenador Líder, conforme por este indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar os Índices Financeiros calculados pela Emissora, devidamente auditados pelos auditores independentes a serem contratados pela Emissora, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e

9  
H were  
were  
wer



- (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a satisfação dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar a Garantia no pagamento, integral e proporcional, dos Debenturistas.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6. acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação:

- (i) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento se referir a um Vencimento Antecipado Automático (conforme item 4.13.2 desta Escritura de Emissão);
- (ii) de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento de vencimento antecipado for um dos indicados no item 4.13.4. desta Escritura de Emissão;
- (iii) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada das medidas a que se referem as alíneas (b), (c) ou (e) do item acima; ou

(iv) de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (d) do item 6.6. acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração



inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, conforme disposto no item 6.8.3. acima, a Emissora, como forma de remuneração pelos serviços não prestados em virtude da substituição. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.

6.8.5. O Agente Fiduciário, se substituído, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções.

6.8.6. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.7. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro (i) de comércio e (ii) de títulos e documentos, conforme disposto no item 2.3.1.

6.8.7.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.8.7.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

6.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

## CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

35  
30 were  
9 were  
9 were



7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.13. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2. A renúncia ou perdão temporário à declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, exclusivamente na hipótese em que for necessária a Deliberação sobre Vencimento Antecipado, nos termos do item 4.13.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Não sendo atingido o quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá decretar, imediatamente, o Vencimento Antecipado.

7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas assim definidas no item 4.12.4 acima.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### CLÁUSULA VIII

#### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, conforme o caso:

- (a) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.
- (b) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora e de qualquer dos Garantidores que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Garantidores, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem seu estatuto social, conforme o caso; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou quaisquer dos Garantidores seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que a Emissora ou quaisquer dos Garantidores estejam sujeitos; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de quaisquer dos Garantidores; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as permissões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e/ou em fase de renovação de sua validade;



- (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e de quaisquer dos Garantidores representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- (h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou aos Garantidores;
- (i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora e aos Garantidores a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) não omitiu ou omitirá **nenhum** fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
- (l) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Restrita, e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão informações verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e dos Garantidores, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (m) a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) as operações e propriedades da Emissora e dos Garantidores cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;

*Handwritten signatures and initials:*  
g  
g wec  
g wec  
H

- (o) não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores;
- (p) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores.

8.1.1. A RC, na qualidade de única acionista da Emissora, declara, ainda, que está ciente e de acordo com o disposto na alínea "r" do item 4.13.1 desta Escritura de Emissão.

8.2. A Emissora e os Garantidores obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

#### CLÁUSULA IX DA FIANÇA DOS GARANTIDORES

9.1. Os Garantidores, Sr. **EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO**, sob a outorga conjugal de sua esposa Sra. **MÔNICA EDWIGES MERHY ALVES RAMOS CAIADO**, e a **RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, assumem, em caráter irrevogável e irretroatável, a condição de fiadores solidários e principais pagadores do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas obrigações pecuniárias devidas ao Agente Fiduciário e o eventual pagamento de indenizações ("Valor Garantido").

3 were  
3 were  
a were



9.2. O Valor Garantido será pago pelos Garantidores no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza.

9.3. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão ou conforme vier a ser estabelecido pela CETIP.

9.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

9.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, relativamente ao valor por eles honrado.

9.6. Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido. No entanto, a fiança permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

9.7. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

9.8. Os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrado após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

9.9. Após pagamento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, do Valor Garantido, operar-se-á a quitação automática, irrevogável e irretroatável, das Debêntures, caso em que elas serão consideradas quitadas, liquidadas e extintas de pleno direito, independentemente de qualquer ação ou procedimento adicional.

#### CLÁUSULA X NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os

seguintes endereços:

Para a Emissora:

**RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A**

SIA TRECHO 17, RUA 10, LOTES 1080 e 415

Brasília, DF CEP 71200-228

At.: Sra. Giovana Alves de Ramos Caiado

Telefone: (61) 3298-8800

Fax: (61) 3298-8800

E-mail: giovana@gruporialma.com.br

Para os Garantidores:

**EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO**

SIA TRECHO 17, RUA 10, LOTES 1080 e 415

Brasília, DF CEP 71200-228

At.: Sra. Giovana Alves de Ramos Caiado

Telefone: (61) 3298-8800

Fax: (61) 3298-8800

E-mail: giovana@gruporialma.com.br

**RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES**

SIA TRECHO 17, RUA 10, LOTES 1080 e 415

Brasília, DF CEP 71200-228

At.: Sra. Giovana Alves de Ramos Caiado

Telefone: (61) 3298-8800

Fax: (61) 3298-8800

E-mail: giovana@gruporialma.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: juridico@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Go were  
Go were  
a were



Para o Banco Liquidante:

**Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo, SP CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

**Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo, SP CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADO ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 1º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP, CEP 01452-001

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10 (dez) dias após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado em até 2 (dois) dias úteis da referida mudança. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação da mudança de endereço serão arcados pela parte inadimplente.

**CLÁUSULA XI**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. A publicação de editais e/ou avisos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão ficará dispensada quando a totalidade dos Debenturistas estiver presente em Assembléia Geral de Debenturistas que delibere sobre a matéria objeto do edital e/ou do aviso.

11.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, "dia útil" significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.5. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



## CLÁUSULA XII

### FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 11 de março de 2013.

3 were  
3 were  
3 were

#

(Página de Assinaturas 1/4 da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, com Garantia Adicional Fidejussória, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 11 de março de 2013)

**RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A..**

Nome: **RIALMA**  
Cargo: **COMPANHIA ENERGÉTICA S/A.**  
**Emival Caiado Filho**  
Diretor Presidente

Nome: **RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA S/A**  
Cargo: **Mônica Caiado**  
Vice Presidente

**JUCEG** Junta Comercial do Estado de Goiás

CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/03/2013  
SOB O NÚMERO: 52130548456  
Protocolo: 13/054845-6  
Empresa: 52 3 0000912 0  
RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S/A  
E 526408  
SECRETARIA-GERAL (SUBST) - JEANE S. DE BARROS

**10. OFÍCIO DE NOTAS REG. CIVIL E**

**PROTESTO** M. Bandeirante - DF  
Emival Moreira de Araujo - Tabelião

**RECONHECO**, por **AUTENTICIDADE**, mas sem exame da titularidade dos direitos

a(s) firma(s) de:  
000104291-EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO...  
000139001-MÔNICA EDWIGE MERRY ALVES...  
RAMOS CAIADO

**ESTE RECONHECIMENTO AUTENTICA APENAS A ASSINATURA E NÃO O TEOR DO DOCUMENTO.**


Em Testemunho da Verdade  
Brasil-DF, 13 de Março de 2013

003-EMUNICE MOREIRA DE ARAUJO-TAB.  
SUBSTITUTA  
Dis.: JUZILEIDE RIBEIRO DA SILVA  
Selo: JNF20130170183524R2HD e  
ITJDF20130170183523DHCG  
Para consultar selo: www.tjdf-tjs.br



(Página de Assinaturas 2/4 da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, com Garantia Adicional Fidejussória, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 11 de março de 2013)

## PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
Nome: **Pedro Silva**  
Cargo: **Procurador**

**4º TABELIONATO DE NOTAS DO RIO DE JANEIRO**  
Cartório Hamilton Barros  
Av. das Américas, 16.401 - Loja D - Recreio - Tel.: (21) 3212-1212 / 3434-9400

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: **PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA**  
Cod: 0228D5A94EA7  
Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. Cont. por:  
Em testemunho de verdade.

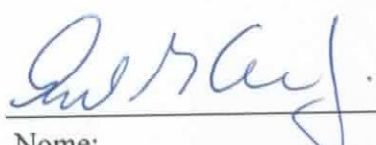
Serventia	:	4.58
34% TJ+FUNDOS	:	1.53
Total	:	6.11

**Jobson Eleuterio Belo - Escrevente**



(Página de Assinaturas 3/4 da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, com Garantia Adicional Fidejussória, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 11 de março de 2013)

## RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES



Nome: RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.  
Cargo: Emival Caiado  
Diretor Presidente



Nome: RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.  
Cargo: Mônica Caiado  
Vice Presidente

1o. OFÍCIO DE NOTAS REG. CIVIL E	
PROTESTO	
N. Bandeirante - DF	
Emival Moreira de Araujo - Tabelião	
RECONHECO,	EST. AUTENTICIDADE, mas
sem exame da titularidade dos direitos	
a(s) firma(s) de:	
100104291-EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO...	
100139001-MÔNICA EDUARDES HERRAY ALVES...	
RAMOS CAIADO	
ESTE RECONHECIMENTO AUTENTICA APENAS A	
ASSINATURA E NÃO O TEOR DO DOCUMENTO.	
Em Testemunho da Verdade	
Brasília-DF, 13 de Março de 2013	
SUBSTITUIÇÃO	
003-EMIVAL MOREIRA DE ARAUJO-TAB.	
019-F Jozilene Ribeiro da Silva	
Selos: TJDFT20130170183522JPKR e	
TJDFT20130170183521WASI	
Para consultar selo: www.tjdft.jus.br	



(Página de Assinaturas 3/4 da Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, com Garantia Adicional Fidejussória, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 11 de março de 2013)




EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO




MONICA EDWIGES MERHY ALVES  
RAMOS CAIADO

1o. OFICIO DE NOTAS REG. CIVIL E	
PROTESTO	
N. Bandeirante - DF	
Emival Moreira de Araujo - Tabeliao	
RECONHECO, por AUTENTICIDADE, mas sem exame da titularidade dos direitos,	
la(s) firma(s) de:	
[C0010429]-EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO.....	
[C0013900]-MONICA EDWIGES MERHY ALVES.....	
RAMOS CAIADO.....	
ESTE RECONHECIMENTO AUTENTICA APENAS A ASSINATURA E NAO O TEOR DO DOCUMENTO.	
Em Testemunho da Verdade	
Brasilia-DF, 18 de Março de 2013	
003-EUNICE MOREIRA DE ARAUJO-TAB.	
SUBSTITUTA	
Dis.: JOZILEIDE RIBEIRO DA SILVA	
Selo: TJDF 20130170183520XNMZ e	
TJDF 20130170183519FKJX	
Para consultar selo: www.tjdft.jus.br	

TESTEMUNHAS:

  
Nome: MARCELLE HORTA SANTORO  
RG: 020.791.620-6  
CPF/MF: 109.809.047-06

  
Nome: ANGELA CRISTINA MANTOVANI NATAL  
RG: 24.237.944-8 SSP/SP  
CPF/MF: 205.494.218-90

**ANEXO A – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO E DE  
REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES**

<b><u>Parcela</u></b>	<b><u>Datas de Amortização e Datas de Pagamento de Remuneração</u></b>	<b><u>Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão Amortizado</u></b>
1	15/04/2013	1,12%
2	15/05/2013	1,16%
3	15/06/2013	1,21%
4	15/07/2013	0,99%
5	15/08/2013	1,41%
6	15/09/2013	1,46%
7	15/10/2013	1,43%
8	15/11/2013	1,49%
9	15/12/2013	1,45%
10	15/01/2014	1,43%
11	15/02/2014	1,48%
12	15/03/2014	1,32%
13	15/04/2014	1,45%
14	15/05/2014	1,49%
15	15/06/2014	1,55%
16	15/07/2014	1,35%
17	15/08/2014	1,77%
18	15/09/2014	1,83%
19	15/10/2014	1,80%
20	15/11/2014	1,87%
21	15/12/2014	1,83%
22	15/01/2015	1,80%
23	15/02/2015	1,86%
24	15/03/2015	1,71%
25	15/04/2015	1,85%
26	15/05/2015	1,90%
27	15/06/2015	1,96%
28	15/07/2015	1,78%
29	15/08/2015	2,20%
30	15/09/2015	2,26%
31	15/10/2015	2,24%
32	15/11/2015	2,32%
33	15/12/2015	2,29%
34	15/01/2016	2,78%
35	15/02/2016	2,86%

*\$ were  
\$ were*



36	15/03/2016	2,69%
37	15/04/2016	2,87%
38	15/05/2016	2,94%
39	15/06/2016	5,86%
40	15/07/2016	4,16%
41	15/08/2016	4,16%
42	15/09/2016	4,16%
43	15/10/2016	4,16%
44	15/11/2016	4,16%
45	<b>Data de Vencimento</b>	4,14%
	<b>Total</b>	<b>100%</b>

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
 Comarca de Alvorada do Norte - Estado de Goiás  
 Protocolado(a) sob nº 4310, fls V.57  
 livro A-23  
 Registrado(a) sob nº 1.124, fls 130/45  
 livro C5  
 Alvorada do Norte-GO 13/03/13  
Ruth Kelle B. da F. Porfírio

Ruth Kelle B. da F. Porfírio  
 CPF: 033.019.291-41  
 Escrevente



h  
h  
h  
were  
were